

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2017		31/12/2016	
Circulante		39.461	30.505		
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.201	2.056		
Contas a receber	6	31.738	25.701		
Tributos a compensar	7	1.478	1.445		
Caução de fundos e depósitos vinculados	8	-	1.227		
Outros créditos		37	76		
Não Circulante		146	63		
Imobilizado	9	144	60		
Intangível	10	2	3		
Total do Ativo		39.607	30.568		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2016		100	2.676	4.714	-	7.490
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.119	1.119
Dividendos propostos e pagos		-	-	(1.897)	-	(1.897)
Juros sobre Capital Próprio pagos		-	-	-	(313)	(313)
Dividendos adicionais propostos		-	-	(2.817)	-	(2.817)
Reserva de retenção de lucros		-	806	-	(806)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		100	3.482	-	-	3.582
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.699	1.699
Reserva de retenção de lucros	16.2	-	1.699	-	(1.699)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		100	5.181	-	-	5.281

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas relativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A EMPRESA E SUAS OPERAÇÕES

A Elektro Comercializadora de Energia Ltda. ("Elektro Comercializadora" ou "Empresa"), com sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, 321, atua nas frentes de comercialização e gestão de energia elétrica no ambiente livre, em administração e construção de obras de infraestrutura de energia elétrica, no fornecimento de soluções de eficiência energética e na estruturação e desenvolvimento de novos negócios, analisando oportunidades para os seus quotistas no que tange a produtos e serviços aos consumidores de energia ou potenciais investimentos. Adicionalmente, a partir de 2016, passou a atuar no mercado varejista de comercialização de energia elétrica, o que proporcionou maior facilidade de acesso a novos clientes e consequente ampliação de sua atuação no mercado. A Empresa foi criada em 2003, e tem contratado energia para empresas de médio e grande portes, denominados como clientes livres no mercado de energia elétrica. É autorizada a comercializar energia de acordo com a Resolução nº 240 de 2003, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e também é agente da Câmara Comercializadora de Energia Elétrica (CCEE) e membro da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (ABRACEEL). A Elektro Comercializadora também possui experiência na manutenção e construção de linhas de distribuição, transmissão e subestação para empresas que desejam se conectar ao sistema elétrico, dentro e fora da área de concessão da Elektro Redes S.A. ("Elektro Distribuidora"), empresa sob controle comum. A Elektro Comercializadora proporciona aos clientes soluções completas, maximizando os resultados com o insumo energia, englobando desde a construção da infraestrutura de energia elétrica até a intermediação de negociações entre clientes compradores e produtores de energia, além de assessoria na definição e acompanhamento da estratégia de contratação mais adequada à necessidade de cada cliente. Em 24 de agosto de 2017, tendo em vista a obtenção das aprovações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, bem como a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas de ambas empresas, foi consumada a incorporação da Elektro Holding S.A. até então controladora da Elektro Comercializadora pela Neoenergia S.A. **Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras foram aprovadas em Reunião de Diretoria da Empresa em 08 de março de 2018.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade ("IFRS" – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: – os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) O registro da receita de fornecimento de energia; vide nota explicativa nº17; (ii) O registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; vide nota explicativa nº17; (iii) A avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo; **2.4. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. **Mensuração:** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. - Recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. (ii) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar. **Mensuração:** São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. **b) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração. **2.6. Impairment de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Empresa; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de

um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve indicativo de deterioração e em função disso, a Empresa não efetuou análise para seus ativos. **2.7. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a estimativa da vida útil efetiva dos bens. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.8. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.9. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **2.9.1. Provisão para ressarcimento:** A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia dos parques eólicos. As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR'S) da Empresa. **2.9.2. Provisões para desmobilização de ativos:** Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e assumiu obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a Empresa efetuou o registro de provisão para desmantelamento de ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e estão sendo depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. **2.10. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada). Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. **2.10.1. Receitas e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **2.10.2. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **3.1. IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substituiu o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração. • **Classificação - Ativos financeiros:** A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação. Com base na sua avaliação, a Empresa não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros. • **Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais:** A IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Receitas operacionais líquidas	17	288.762	233.738
Custo de compra de energia elétrica	18	(281.451)	(228.792)
Custos da operação		(3.287)	(2.400)
Lucro operacional bruto		4.025	2.546
Despesas operacionais	20	(1.081)	(1.145)
Gerais e administrativas		(803)	(936)
Outras despesas operacionais, líquidas		(278)	(209)
Resultado antes dos efeitos financeiros		2.944	1.401
Resultado financeiro líquido	21	(406)	128
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.538	1.529
Imposto de renda e contribuição social	22	(839)	(409)
Contribuição social	22	-	-
Lucro líquido do exercício		1.699	1.120

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	1.699	1.119
Resultado abrangente do exercício	1.699	1.119

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
--	------	------	------

Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		1.699	1.119
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9 e 10	24	45
		24	45

(Aumento) redução de ativos operacionais			
Contas a receber	6	(6.037)	(5.054)
Tributos a compensar	7	(33)	(173)
Outros créditos		31	(76)
		(6.039)	(5.303)

Aumento (redução) de passivos operacionais			
Fornecedores	11	7.786	3.825
Salários e encargos sociais		325	(25)
Tributos a recolher		135	432
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(625)
Adiantamento de clientes		(901)	409
Outros passivos		3	44
		7.348	4.060
		3.032	(79)

Caixa oriundo das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Cauções e depósitos vinculados	8	1.227	(1.227)
Aquisição de imobilizado	9	(117)	-
Ganho na venda de ativo imobilizado		10	-
Geração (utilização) de caixa em atividade de investimento		1.120	(1.227)

Atividade de Financiamento			
Dividendos	16.2	-	(1.897)
Juros sobre o capital próprio	16.3	-	(343)
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamento		-	(2.240)
Aumento (Redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		4.152	(3.546)
Saldo inicial de caixa	5	2.056	5.602
Saldo final de caixa	5	6.208	2.056
Aumento (Redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		4.152	(3.546)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; A Empresa optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo. A Empresa acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9/CPC 48. Com base na metodologia de *impairment* descrita abaixo, a Empresa estimou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável de ativos adicionais como segue:

Em R\$ mil	Impairment adicional estimado em 01/01/2018
Contas a receber de clientes	161
Títulos e Valores Mobiliários	43
Perdas adicionais por redução ao valor recuperável	203

As perdas adicionais por redução ao valor recuperável representam o ajuste estimado ao patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2018. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos 5 últimos anos. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas. • **Passivos financeiros:** A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: – o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e – o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Empresa possui passivos financeiros mensurados ao VJR, representados por dívidas em moeda estrangeira, para os quais existem instrumentos financeiros derivativos para mitigação do risco cambial. • **Divulgações:** A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Empresa incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Empresa está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos. • **Transição:** As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: - A Empresa irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. - As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial: (a) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido. (b) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros. **3.2. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substituiu as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. • **Transição:** A Empresa planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Empresa não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado. A Empresa planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados. A Empresa está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação do IFRS 15/CPC 47 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma. **3.3. IFRS 16 Leases (arrendamentos):** A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Empresa concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Empresa em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Empresa nessa data, e

ELEKTRO COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.

CNPJ nº 01.644.193/0001-86

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O montante de R\$ 6.208 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.056 em 2016), referem-se a saldos em conta corrente e aplicações financeiras, indexadas à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). A Elektro Comercializadora possui política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa da Empresa, sendo os principais: (i) o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devam ter com pelo menos uma das Agências de Classificação de Risco (*Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Rating*) e (ii) os limites máximos de exposição com cada instituição.

	31/12/2017	31/12/2016
Contas bancárias	523	2.056
Aplicações financeiras	5.885	-
Total	6.208	2.056

6. CONTAS A RECEBER

	31/12/2017	31/12/2016
Contratos de venda de energia	30.604	24.321
Serviço de obras	1.045	1.275
Partes Relacionadas	89	105
Total	31.738	25.701

7. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	128	81
Imposto de renda retido na fonte sobre serviços	276	60
Contribuição social retida sobre serviços	185	19
INSS retido sobre serviços	62	62
PIS retido sobre serviços	25	27
COFINS retido sobre serviços	120	127
IR e CSLL a Compensar	564	1.069
INSS a recuperar	118	-
Total	1.478	1.445

A rubrica de IR e CSLL a compensar, de 2017, refere-se ao montante acumulado de IRPJ e CSLL recolhidos antecipadamente com base no lucro real, cujo valor é compensado com o total do imposto a recolher ao final do exercício corrente.

8. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

A Empresa apresentou em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 1.227 como caução de fundos e depósitos vinculados. Esse valor refere-se a aplicações financeiras em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), utilizados como caução junto à CCEE, cuja finalidade é garantir a atuação da Empresa no mercado varejista de comercialização de energia. O registro da Empresa neste mercado se deu em 2016 e teve como finalidade a ampliação da carteira de clientes. O saldo foi totalmente resgatado em 2017.

avaliação da Empresa se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Empresa optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Empresa reconhecerá novos ativos e passivos por arrendamento operacional dos terrenos onde estão instaladas as torres de medição e os parques eólicos controlados pela Empresa. Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Empresa espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 11.
• **Transição:** Como arrendatária, a Empresa pode aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Empresa pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Empresa está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos. A Empresa não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.
3.4. Outras alterações: As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto nas demonstrações financeiras da Empresa: - Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28. - Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto. - IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. COMPROMISSOS FUTUROS

A Empresa possui 69 contratos de venda de energia assinados com vigência que alcança ou ultrapassa 31 de dezembro de 2017, totalizando volume de 1.214.524,62 MWh e receita estimada de R\$ 285.880. Para fazer face a tais compromissos de venda, a Empresa possui 60 contratos de compra de energia, totalizando 1.237.871,33 MWh, que representam um custo estimado de R\$ 292.450.

9. IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens do imobilizado.

	Vida Útil Estimada	01/01/2016	Depreciação	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2017
Veículos		59	(21)	38	103	(10)	(15)	116
(-) Depreciação acumulada	<i>5 anos</i>	108	(49)	108	103	(69)	-	142
		18	(6)	12	14	-	(6)	20
Hardware		32	-	32	14	-	-	46
(-) Depreciação acumulada	<i>5 anos</i>	(14)	(6)	(20)	-	-	(6)	(26)
		9	(1)	8	-	-	(2)	6
Móveis e utensílios		17	-	17	-	-	-	17
(-) Depreciação acumulada	<i>10 anos</i>	(8)	(1)	(9)	-	-	(2)	(11)
		3	(1)	2	-	-	-	2
Máquinas e equipamentos		4	-	4	-	-	-	4
(-) Depreciação acumulada	<i>10 anos</i>	(1)	(1)	(2)	-	-	-	(2)
Total		89	(29)	60	117	(10)	(23)	144

10. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis da Empresa referem-se substancialmente à *software*, têm vida útil finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

	Vida Útil Estimada	01/01/2016	Amortização	31/12/2016	Amortização	31/12/2017
		19	(16)	3	(1)	2
<i>Software</i>	<i>5 anos</i>	544	-	544	-	544
(-) Amortização acumulada		(525)	(16)	(541)	(1)	(542)
Total		19	(16)	3	(1)	2

O saldo de R\$ 2 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2016) encontra-se líquido de amortização e referem-se ao direito de uso de softwares.

11. FORNECEDORES

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Compra de energia elétrica	27.952	22.457
Materiais e Serviços	2.304	13
Total	30.256	22.470

12. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda	93	-
Contribuição social	33	-
ICMS	5	4
PIS	(58)	3
COFINS	97	14
Outros	(7)	8
Total	163	28

13. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

O saldo de R\$ 901 em 2017, refere-se a adiantamento realizado por cliente para a construção de uma subestação conforme cláusulas contratuais. O serviço foi prestação integralmente em 2017, e o saldo de adiantamento foi compensado.

14. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa possui o montante a pagar de R\$ 3.083 (R\$ 3.083 em 2016) dos quais R\$ 2.817 são referentes aos dividendos finais de 2015, cuja aprovação ocorreu em 29 de abril de 2016 (vide nota 15.3), e serão pagos conforme disponibilidade de caixa e R\$ 266 correspondentes a juros sobre capital próprio do exercício de 2016, líquido de imposto de renda, aprovados em 27 de dezembro de 2016, que também serão pagos conforme disponibilidade de caixa até o encerramento do exercício social de 2018.

15. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas operações. Para constituição das provisões, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2017, não haviam processos avaliados com risco de perda provável, por isso não havia provisão constituída. A Companhia possui R\$ 15.909 (R\$ 15.106 em 31 de dezembro de 2016) em ações tributárias classificadas como perda possível.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 **Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado de 31 de dezembro de 2017 e de 2016 no montante de R\$ 100 está dividido em 100.000 quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada. A composição societária da Elektro Comercializadora, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, está demonstrada no quadro abaixo:

Quotistas	Quotas	Participação
Elektro Holding S.A.	99.999	99,99%
Elektro Operação e Manutenção Ltda.	1	0,01%
Total	100.000	100%
Quotistas	Quotas	Participação
Neoenergia S.A.	99.999	99,99%
Elektro Operação e Manutenção Ltda.	1	0,01%
Total	100.000	100,00%

16.2 **Reserva de lucros:** Ao final do exercício de 2017, a Administração da Elektro Comercializadora, propôs a destinação do lucro líquido remanescente do exercício como Reserva de Lucros no montante de R\$ 1.699, encerrando o exercício social de 2017 com saldo de R\$ 5.181 (R\$ 3.482 em 31 de dezembro de 2016).
16.3 **Dividendos e juros sobre capital próprio:** m 29 de abril de 2016, foi aprovada em reunião dos sócios a distribuição de dividendos no montante de R\$ 4.714 referentes ao exercício de 2015, dos quais R\$ 1.897 foram pagos em 28 de dezembro de 2016 e o restante será pago conforme disponibilidade de caixa. Em 27 de dezembro de 2016, foi aprovada a distribuição de Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) referente ao exercício social de 2016, no montante de R\$ 313, dos quais R\$ 47 referem-se ao imposto de renda retido na fonte, este último recolhido em 28 de dezembro de 2016 e o restante a ser pago conforme disponibilidade de caixa em 2018.

17. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita é reconhecida na extensão em que for provável a geração de benefícios econômicos para a Empresa, podendo ser confiavelmente mensurados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 30 – Receitas (IAS 18). A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita de venda de energia elétrica e por serviços de consultoria e representação operacional.

	31/12/2017	31/12/2016		
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Receitas operacionais	1.274.438	318.682	1.017.311	258.094
Comercialização de energia elétrica	1.274.438	315.102	1.017.311	254.206
Prestação de serviços	-	3.580	-	3.889
Deduções às receitas operacionais	-	(29.919)	-	(24.357)
PIS e COFINS	-	(29.467)	-	(23.909)
ICMS	-	(248)	-	(228)
ISS	-	(204)	-	(220)
Total		288.763		233.738

18. CUSTO DE COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA

	31/12/2017	31/12/2016		
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Supridores de energia	1.274.438	310.138	1.017.311	252.122
PIS/COFINS sobre compra de energia	-	(28.688)	-	(23.330)
Total		281.451		228.792

O aumento no volume de compra de energia deve-se a maior migração de clientes para o mercado livre ocorrido ao longo do ano de 2017.

19. CUSTO DE PESSOAL

	31/12/2017	31/12/2016
Remunerações	2.333	1.681
Benefícios	213	166
FGTS	144	100
INSS	470	331
Total	3.160	2.278

20. DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços de terceiros	451	446
Serviços administrativos	122	319
Associações e filiações	210	151
Despesas de viagem	156	97
Outras despesas operacionais	142	132
Total	1.081	1.145

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2017	31/12/2016
Receita Financeira	454	613
Receita com aplicações financeiras	170	400
Outras receitas financeiras	306	243
PIS/COFINS sobre receita financeira	(22)	(30)
Despesas Financeiras	(860)	(484)
Despesas bancárias	(844)	(452)
Outras Despesas Financeiras	(16)	(32)
Total	(406)	128

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.A reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício é como segue:

	31/12/2017	31/12/2016	
Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.538	2.538	1.528	1.528
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da **Elektro Comercializadora de Energia Ltda.** Campinas - SP.**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Elektro Comercializadora de Energia Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Comercializadora de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,

	31/12/2017	31/12/2016		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	(611)	(228)	(358)	(138)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	78	28
Outras adições e exclusões	-	-	(15)	(5)
Total	(611)	(228)	(295)	(115)

23. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas envolvem serviços administrativos, compartilhamento de infraestrutura e aluguel de salas com a Elektro Redes S.A. cujo montante em 2017 foi de R\$ 141 (R\$ 355 em 2016), registrados como despesas operacionais. O montante em aberto no contas a receber, referente a venda de energia entre EKCE e Elektro Redes, em 2017 foi de R\$ 89 e em 2016 R\$105. Os valores dos serviços administrativos e compartilhamento de infraestrutura têm como base a estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Elektro Redes S.A, acrescidas de taxa administração. Este contrato foi renovado em 1º de novembro de 2016 e permanecerá em vigor até novembro de 2021. O contrato de aluguel é reajustado pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) a cada 12 meses e tem tempo indeterminado desde 1º de abril de 2004. Adicionalmente, as transações de comercialização de energia, firmadas via contrato assinado em 24 de junho de 2015, entre Elektro Comercializadora e a Elektro Redes S.A., somam o montante de R\$ 1.007 em 2017 (R\$ 1.167 em 2016), com vigência de 01 janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2015 com energia contratada 0,500 MW médios.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Seguem abaixo os principais fatores de risco que afetam os negócios da Empresa:
Risco de crédito: As operações que sujeitam a Empresa à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, para as quais a Empresa fica exposta ao risco do cliente envolvido ou da instituição financeira. Para atenuar esse risco, a Empresa adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes. Com relação às aplicações financeiras, a Empresa somente realiza aplicações em instituições de primeira linha com baixo risco de crédito.
Risco de volatilidade de preço de mercado: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços da energia comercializada no mercado de curto prazo decorrente da posição líquida do portfólio de contratos de compra e venda de energia da Comercializadora. Essas oscilações de preços podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Empresa. Para mitigar esse risco, a Empresa mantém permanentemente monitoramento, por meio de modelos específicos (próprios e de órgãos oficiais), de fatores que podem proporcionar oscilações futuras em preços, tais como: (i) fatores meteorológicos; (ii) fatores estruturais de oferta e demanda de energia e (iii) fatores da conjuntura política e econômica. Além disso, a empresa está submetida a limites de exposição determinada pelo grupo controlador que são monitorados diariamente. Tais limites, quando ultrapassados, exigem novas operações no mercado para ajuste de sua exposição dentro dos critérios estabelecidos.
Risco de liquidez: O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Empresa não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Empresa busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa mantinha um total de R\$ 5.885 em aplicações financeiras, no curto prazo. A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Empresa, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa	Acima de	
	contratual total	2018	2019	5 anos

Passivos financeiros não derivativos:

Fornecedores	30.256	30.256	30.256	-	-
--------------	--------	--------	--------	---	---

Análise de sensibilidade: A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e os rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e taxas de juros vigentes ao final do período. - Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável. - Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário